ESCOLA em Tempo ntegral



Lógica do programa



Problema

Estratégia

Objetivo Impacto

Distância da Meta 06 do Plano Nacional de Educação

O Brasil
oferta apenas
15,1% das
matrículas de
tempo
integral e
22,4% das
escolas em
tempo
integral

Fomento financeiro para a criação de matrículas

Assistência técnica para ampliação de matrículas com qualidade e equidade

Aumentar a oferta de matrículas em tempo integral com qualidade e equidade

Melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças, adolescentes e jovens



Assistência técnica

AMPLIAR

Webinários às equipes de Secretarias com Undime e Consed

Guia para gestão eficiente e equitativa das matrículas em tempo integral

Formação da equipe técnica para política e gestão das matrículas em tempo integral

FORMAR

Seminários Regionais e Nacional

Documento Nacional com Princípios e Orientações para a Educação em Tempo Integral

Formação de Profissionais da Educação

FOMENTAR

Oferta e diversificação de materiais Pedagógicos

Edital de projetos inovadores de Educação Integral em Tempo Integral

Mostra Nacional de experiências em Educação Integral em Tempo Integral





Assistência técnica

ESTRUTURAR

Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC

Plano de Ações Articuladas (PAR)

PAR - Portfólio construção ou finalização de novas unidades escolares em tempo integral

ENTRELAÇAR

Articulação e institucionalização de políticas e programas sociais

Materiais orientadores com referências

Indução às parcerias intersetoriais regionais e locais

ACOMPANHAR

Instrumentos para avaliação

Plataforma para gestão, monitoramento e avaliação sistêmica

Novos indicadores

Grupo de Trabalho para Aprimoramento Permanente



Onde queremos chegar?

3,2 milhões

de novas matrículas em tempo integral até 2026, atingindo a meta 6 do PNE











Atos normativos 2023

Julho	Agosto	Setembro	Novembro
Lei nº 14.640	Portaria nº 1.495	Resolução nº 18	Portaria nº 2.036
Inctitui o Programa	Dienôs sobre a adesão e	Estabolaça os critários a	Define as diretrizes nara

Institui o **Programa Escola em Tempo Integral**

Dispôs sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral

Estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.





Novembro

Resolução nº 25 e 26, de 24 de novembro de 2023 com procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral





1º Ciclo 2023-2024







POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Portaria 1.495, de 02 de agosto de 2023:

Art. 6º No ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometem-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação.



§ 1° A comprovação a que se refere o caput será feita mediante submissão da norma exarada pelo Conselho de Educação em plataforma digital específica, disponibilizada pelo MEC.



§ 2º Na fase de pactuação, os entes federativos que não dispuserem de Política de Educação em Tempo Integral em vigor, na forma do caput, deverão elaborar e aprovar a respectiva Política até a fase de declaração de que trata o inciso IV do art. 5º desta Portaria.



Eixos para a estruturação da Política

Marco Legal Plano estratégico de alocação e distribuição das matrículas Estruturação da Secretaria Financiamento Recursos humanos e físicos Pedagógico Parcerias intersetoriais



Quais decisões
e estratégias públicas que cada
ente federado deverá estruturar
com base em sua realidade para
a promoção da jornada de
tempo integral, na perspectiva da
Educ. Integral?









Formação continuada de Secretários(as) e Equipes Técnicas de Secretarias de Educação

Iniciativa da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) em parceria com:

















Nosso objetivo

Apoiar as Secretarias de Educação a elaborar, planejar, aprimorar e institucionalizar políticas de educação integral em tempo integral com qualidade e equidade.

A expectativa é em 2024 apoiar e capacitar até 12 mil gestores públicos em todo o país engajados com a criação, expansão e qualidade das matrículas de tempo integral na educação básica

Estrutura da formação



Público-Alvo

Secretários(as) de Educação, Dirigentes Municipais de Educação, profissionais que atuam nas Secretarias de Educação em setores, áreas, programas ou projetos de **educação integral e/em tempo integral.** Cada Secretaria de Educação do país terá 2 <u>vagas</u> asseguradas

Carga Horária

100 horas, com momentos síncronos e assíncronos. Máximo de 32 horas presenciais. Um Seminário Presencial por região

Critérios para conclusão

Apresentar 75% de frequência + concluir as tarefas de cada módulo + apresentar trabalho final referente à elaboração ou revisão de política local Concluintes receberão certificado assinado pela Universidade anfitriã em sua região e pelo MEC

Módulos do curso



Módulo 1

O Programa Escola em Tempo Integral

Material produzido com liderança da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Módulo 2

Fundamentos da Educação Integral

Material produzido com liderança da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Módulo 3

Bases legais da Educação Integral e do tempo integral Material produzido com liderança da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Módulo 4

Tópicos para a elaboração de Política de Educação Integral em tempo integral em nível local ou estadual Material produzido com liderança da Universidade Federal do Goiás (UFG)

Módulo 5

Gestão Democrática e as diversas instâncias de participação e acompanhamento social na Política de Educação Integral

Material produzido com liderança da Universidade Federal da Bahia (UFBA)





Além das 5 universidades anfitriãs, temos diversas universidades parceiras:

Norte:

- Universidade Federal do Acre UFAC
- Universidade Federal do Amapá INIFAP
- Universidade Federal do Amazonas UFAM
- Universidade Federal de Roraima UFRR
- Universidade Federal de Rondônia UNIR
- Universidade Federal do Tocantins UFT



Nordeste:

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 UFRN
- Universidade Federal da Paraíba UFPB
- Fundação Joaquim Nabuco/MEC
- Universidade Federal do Ceará UFC
- Universidade Federal de Alagoas UFAL

Centro-Oeste:

- Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos IF Goiano
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS
- Universidade Federal de Rondonópolis UFR
- Universidade Federal do Mato Grosso UFMT

Sul:

- UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFPR Universidade Federal do Paraná
- UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

Sudeste:

- Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
- Universidade Federal do Espirito Santo UFES
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio
- Universidade Estadual de Campinas Unicamp





Se estava com medo? Mais que a espuma das ondas, estava branco, completamente branco de medo. Mas ao me encontrar afinal só, só e independente, senti uma súbita calma. Era preciso começar a trabalhar rápido, deixar a África para trás, e era exatamente o que eu estava fazendo. Era preciso vencer o medo; e o grande medo, meu maior medo na viagem, eu venci ali, naquele mesmo instante, em meio a desordem dos elementos e à bagunça daquela situação. Era o medo de nunca partir. Sem dúvida, este foi o maior risco que corri: não partir.

Amir Klink, sobre a travessia em uma pequena embarcação entre o continente africano até o Brasil no livro Cem dias entre o céu e o mar







Política

um conjunto de decisões e estratégias públicas que cada ente federado deverá estruturar com base em sua realidade, visando proporcionar educação em tempo integral na perspectiva da educação integral.

Como será materializada?
Por ato normativo: Lei, Decreto, Portaria, etc.





1) O QUE É?



Conteúdo da Política:

- diretrizes e os princípios da educação em tempo integral na perspectiva da educação integral,
- a definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela gestão da Política, das fontes de financiamento e orçamento,
- as decisões sobre a organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, dos profissionais da educação e de sua jornada,
- das diretrizes e do desenho da matriz curricular, da orientação às escolas para revisão e atualização de projetos pedagógicos,
- das ações para a articulação intersetorial e com o território,
- da estratégia de monitoramento e avaliação, etc.





2) DIRETRIZES PARA A POLÍTICA (Portaria N. 2.036/2023)

Educação integral em tempo integral

A expansão das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da educação integral, na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política).

Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos

Referencial que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral.

Melhoria da infraestrutura

A melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico—raciais e socioculturais da comunidade escolar.

Valorização e formação dos profissionais da educação

A melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral.



2) DIRETRIZES PARA A POLÍTICA (Portaria N. 2.036/2023)

Turno único, direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral

A superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno, para se priorizar o turno único, visando a um currículo integrado e integrador de experiências.

O currículo da educação em tempo integral comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica.

Priorização de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica

A priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.

Articulação intersetorial

A articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos.

Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação

Educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar. Estabelecimento de metas e de estratégias que promovam a redução da desigualdade étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da educação bilíngue de surdos, o público-alvo da educação especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Atendimento a modalidades especiais

Atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, bem como educação profissional e tecnológica, considerando as respectivas diretrizes curriculares e outras normativas.

Participação ativa estudantil e integração com o território

A participação ativa dos estudantes e o seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia. A construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento e da mobilização de seus saberes e práticas socioculturais.





3) COMO FAZER – PASSO A PASSO

I. IDENTIFIQUE O PROBLEMA - CO

Defina e caracterize os problemas centrais a serem enfrentados pela Política, considerando aspectos como:

- Qual a distância do ente até alcançar a Meta 6 do PNE e o quanto (e em quanto tempo) será preciso avançar para alcançá—la (e superá—la!)?
- Como o ente vem trabalhando o desenvolvimento integral de seus estudantes? (Quais suas forças e limitações nesta área?)
- Como a jornada regular atual impacta nas potencialidades de aprendizagens e desempenho acadêmico dos estudantes?





3) COMO FAZER

PASSO A PASSO

II. ELABORE O DIAGNÓSTICO (ANÁLISE EX ANTE*)

Levante dados e informações necessárias para a identificação das forças e das limitações de sua rede para o enfrentamento do problema. Longe de se configurar como um trabalho técnico isolado, o diagnóstico deve ser fundamentado também pelo diálogo com a rede como um todo. Elabore um relatório de diagnóstico que deverá orientar as decisões sobre a Política, considerando aspectos como:

- Quais os impactos financeiros e de pessoal da rede para implementar a educação em tempo integral relativos a aspectos como: infraestrutura, alimentação, transporte, recursos pedagógicos, disponibilidade de docentes e formação continuada – para cada etapa da educação?
- Quais legislações e atos normativos federais, estaduais e/ou municipais já regulamentam temas relativos à educação integral em tempo integral?
- Como o ente articula suas Políticas públicas educacionais com outras áreas como saúde, cultura e assistência social?
- Quais s\u00e3o as escolas que atendem estudantes em situa\u00e7\u00e3o de maior vulnerabilidade socioecon\u00f3mica? (Requisito da Lei n. 14.640/2023)
- Quais as necessidades de diálogo com a comunidade para a construção da confiabilidade e da credibilidade da Política?
- * Para este trabalho, sugere-se a consulta ao Manual de Avaliação de Políticas Públicas Guia Prático de Análise Ex ante, volume 1, Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília : IPEA, 2018.





3) COMO FAZER

PASSO A PASSO

III. FORMULE AS SOLUÇÕES 👏

A partir do diagnóstico da realidade de sua rede (e também por meio de aprendizados com experiências de outras secretarias de educação), elabore as alternativas de soluções para a implementação da agenda da educação integral em tempo integral, considerando pontos tais como:

- Quais soluções poderão ser implementadas no curto, médio e longo prazo? (Para além da Política e/ou incluído nela, um Plano de Faseamento deve ser definido para se estabelecer a expansão de matrículas em tempo integral por etapa e ano e a melhoria progressiva das condições dos tempos e espaços nas escolas de sua rede).
- Quais estratégias pedagógicas e de organização da rede (horários, alimentação, transporte, recursos pedagógicos, profissionais, formação contínua etc.) deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem?
- Quais as fontes de financiamento para a implementação da agenda?
- Como se dará a organização dos quadros de profissionais e quais melhorias relativas à expansão da jornada e valorização docente são necessárias?
- Como se dará a articulação com outras secretarias e organizações?
- Como se dará a articulação com as características do território, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local?
- Como pode ser o desenho de uma matriz curricular para o contexto local?
- Quais serão as estratégias e os indicadores de monitoramento e avaliação?





3) COMO FAZER - PASSO A PASSO

IV. (DECIDA E) ELABORE O TEXTO 🔌



Com base no diálogo com os diversos atores relacionados à Política, selecione as soluções e sistematize o texto na forma do documento pertinente (seja ele uma lei, um decreto, uma portaria etc.), cujo conteúdo deve incluir aspectos como:

I. Diretrizes da educação integral em tempo integral; II. Definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela Política; III. Organização dos tempos/jornada escolar; IV. Definição dos espaços e de suas melhorias; V. Definição dos profissionais da educação e sua jornada; VI. Definição das fontes de financiamento da Política; VII. Diretrizes para a matriz curricular; VIII. Diretrizes para a intersetorialidade e a articulação com o território; IX. Estratégia de monitoramento e avaliação.





3) COMO FAZER - PASSO A PASSO

V. APROVE E VALIDE A POLÍTICA 🔎



A partir da articulação com os tomadores de decisão do poder executivo e/ou legislativo local e do diálogo com os diversos atores relacionados à agenda, aprove o documento da Política. O engajamento da sociedade e das comunidades escolares é importante aspecto do sucesso da Política. Estabeleça um momento para ampla divulgação, difusão e esclarecimentos sobre a Política, disponibilizando materiais impressos ou digitais para consulta e publicidade da ação.

Junto ao Conselho de Educação de sua localidade, apresente a Política e solicite apreciação por meio de parecer ou resolução (requisito da Portaria n. 1.495/2023). Conselhos de Educação possuem o papel de assessorar, normatizar e deliberar sobre diversos assuntos da educação básica pública e privada e do ensino superior em instituições de ensino superior estaduais, no caso de conselhos estaduais de educação. Sugere-se que o diálogo em torno da Política com o Conselho de Educação ocorra ao longo do processo de sua elaboração e não apenas ao seu término.





4) INSTRUMENTOS DE APOIO

- Plano de Expansão da Educação Integral
- Plano de Trabalho da Equipe Responsável
- Plano de Comunicação
- Plano de Monitoramento e Avaliação
- Seminários, Consultas e Audiências Públicas
- Campanhas de Comunicação
- Agenda de Ações Intersetoriais
- Plataformas de Colaboração Online



Educação Integral em tempo integral

Política de Estado, não Política de Partido







"Agora nós estamos sendo convocados ao envolvimento"

Ailton Krenak, no livro Um Rio Um Pássaro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Secretaria de Educação Básica Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

gabinete-seb@mec.gov.br

Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica Alexsandro Santos

dpdi-seb@mec.gov.br

Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica

Valdoir Wathier

dimam.s<mark>eb@mec.gov</mark>

Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação

Lourival José Martins Filho

seb.dicap@mec.gov.br

Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral Raquel Franzim escolaemtempointegral@mec.gov.br